

Instituições debatem com prefeitos mecanismos para impedir que Vale aplique custos e prazos indevidos em projetos do acordo de Brumadinho

Qua 27 julho

A execução de projetos socioeconômicos do Termo Judicial de Reparação aos danos provocados pelo rompimento das barragens da Vale em Brumadinho foi o tema principal de uma reunião realizada nesta quarta-feira (27/7) na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte.

O encontro contou com a participação de representantes do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), do Ministério Público Federal (MPF), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DP-MG), do [Governo de Minas](#) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – responsável pela auditoria socioeconômica. Também estavam presentes representantes das prefeituras dos 26 municípios considerados atingidos – entre eles 20 prefeitos.

Os pontos centrais das discussões foram os preços, considerados fora do padrão de mercado, e os prazos, também considerados extensos e prejudiciais, apresentados pela Vale para a execução de projetos dos anexos I.3 e I.4 do Termo de Reparação nos municípios atingidos. Durante o encontro, o Governo e as instituições de Justiça garantiram aos prefeitos que estes projetos irão passar por auditoria rigorosa da FGV para evitar qualquer tipo de sobrepreços e sobreprazos.

“Nós reforçamos a legitimidade e a autoridade de cada um dos senhores aqui presentes enquanto poder político constituído, para que a gente faça um diálogo e encontre melhores soluções para a execução do acordo. A nossa visão é de que devemos ser absolutamente rigorosos com a empresa, no cumprimento de todas as obrigações. Os compromitentes não aceitarão nenhum tipo de sobrepreço, ou custo indevido, ou prazo indevido da empresa”, afirmou o secretário adjunto de [Planejamento e Gestão](#) e coordenador do Comitê Gestor Pró-Brumadinho, Luís Otávio Milagres de Assis.

A Fundação Getúlio Vargas, que estava presente na reunião, garantiu que vai auditar com o devido rigor os documentos apresentados pela Vale e identificar também as diferenças de preços apresentadas para a execução dos projetos, inclusive comparando com as tabelas de preço referência para o poder público de todo o país. Informou ainda que irá visitar os municípios para verificar in loco as demandas individuais.

**Este conteúdo foi produzido durante o período de restrição eleitoral e publicado somente após a oficialização do término das eleições.*